

De 16 de Junho de 2005 a 31 de Julho de 2007 foi Coordenador da Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica;

Foi responsável pelo Departamento de Apoio Operacional da Intervenção Operacional da Saúde (Saúde XXI) de Janeiro de 2004 a Maio de 2005;

Exerceu funções de adjunto de administrador prisional no Estabelecimento Prisional de Caxias, de Maio de 2002 a Dezembro de 2003;

Foi assessor e adjunto nos Gabinetes do Ministro da Justiça e da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Saúde de 1995 a meados de 1997 e de Julho de 2001 a Abril de 2002, respectivamente;

Exerceu de meados de 1997 até Julho de 2001 funções dirigentes no ex-Instituto de Reinserção Social, actual Direcção-Geral de Reinserção Social, nos seguintes cargos: Vice-Presidente, Director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Delegação Regional de Lisboa, Director do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação e Encarregado de Missão do Sistema de Monitorização Electrónica de Arguidos.

Ingressou na Administração Pública em 1984, exercendo funções de consultor jurídico na Direcção-Geral do Património do Estado até 1988, ano em que iniciou funções de técnico superior em várias unidades orgânicas do ex-Instituto de Reinserção Social.

202582356

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 25464/2009

Lista n.º 88/09

Por despacho do Ministro da Administração Interna de 12 de Novembro de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, à cidadã Flavia Tourinho da Silva:

Data
de nascimento

Flavia Tourinho da Silva 16-08-1979

13 de Novembro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Maria Helena Bastos Martins*.

202585589

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 21000/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 2/08, de 14 de Janeiro, aplicável por força do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 95/2009, de 2 de Setembro, dá-se conhecimento de que a lista de graduação dos candidatos aprovados e excluídos para ingresso no curso especial de formação para recrutamento de magistrados do Ministério Público a que se refere o Aviso n.º 16250/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 18 de Setembro de 2009, será, previsivelmente, afixada na sede do Centro de Estudos Judiciários e publicada no respectivo sítio na Internet, no dia 25 de Novembro de 2009.

A data indicada poderá ser alterada por circunstâncias supervenientes, de que, se for caso, será dado oportuno conhecimento.

17 de Novembro de 2009. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

202598427

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 25465/2009

Por despacho da Senhora Directora-Geral, de 22 de Outubro de 2009, foi nomeado como secretário de inspecção para o Conselho dos Oficiais de Justiça, o escrivão auxiliar Sidónio Alexandre Henriques Pais, nos termos do artigo 122.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos a 27-10-2009.

2 de Novembro de 2009. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

202583928

Despacho (extracto) n.º 25466/2009

Por meu despacho de 6 de Outubro de 2009, por delegação, da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159 de 20 de Agosto de 2007):

Joaquim Manuel Batista Lampreia, assistente operacional na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar antecipadamente ao serviço para desempenhar a actividade de segurança no mapa da Secretaria-Geral do Tribunal da Comarca de Setúbal, nos termos do n.º 6 do artigo 235.º do Regime de Contrato em Funções Públicas, com efeitos desde 19 de Outubro de 2009, ficando integrado entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória, e entre o 2.º e o 3.º nível remuneratório auferindo de vencimento mensal o montante de € 549,25.

5 de Novembro de 2009. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

202587905

Despacho (extracto) n.º 25467/2009

Por meu despacho de 27 de Abril de 2009, por delegação, da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159 de 20 de Agosto de 2007):

Maria Dolores Casimiro Pereira Lampreia, assistente operacional na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar antecipadamente ao serviço para desempenhar a actividade de telefonista no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Tribunal da Comarca e do Tribunal de Família e de Menores do Barreiro, nos termos do n.º 6 do artigo 235.º do Regime de Contrato em Funções Públicas, com efeitos desde 11 de Maio de 2009, ficando integrada entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória e entre o 1.º e o 2.º nível remuneratório auferindo de vencimento mensal o montante de € 518,35.

5 de Novembro de 2009. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

202588497

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 21001/2009

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 29 de Julho de 2009, proferida ao abrigo da competência atribuída pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso com vista à ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, do mapa de pessoal do INML, I. P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer actividade no Gabinete Médico-Legal do Funchal.

2 — O presente recrutamento foi precedido de Despacho n.º 841/2009/SEAP, de 3 de Julho, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado das Finanças exarou despacho favorável com o n.º 478/09/MEF, de 13 de Julho, de modo a possibilitar o recrutamento, não apenas de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, mas também de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

3 — Prazo de validade — o prazo de validade do concurso é de 1 ano após a data de publicitação da respectiva lista de classificação final.

4 — Conteúdo funcional — compete ao técnico ajudante de medicina legal:

- Realizar o serviço de limpeza, desinfecção e conservação das salas de autópsias, laboratórios, necrotérios e respectivo equipamento;
- Proceder à limpeza e arrumação dos materiais utilizados nos exames directos e laboratoriais;
- Auxiliar os técnicos responsáveis pela sua execução na realização de autópsias e de outros exames médico-legais;
- Preparar os cadáveres para enteros;